

DOC. FINAL DA IV ASSEMBLEIA GERAL DA FOIRN

Nós lideranças indígenas, representando 19 organizações indígenas, 380 pessoas e 28 povos, reunidos na IV Assembleia Geral da FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, entre os dias 14 a 17 de abril de 1995. No final decidimos os seguintes pontos abaixo relacionado:

- 1- A Assembleia aprovou proposta que diz respeito a construção da PCH dentro da área indígena do médio Rio Negro, localizada no igarapé Miuá, mediante assinatura da portaria de demarcação da referida área conforme convênio e acordos anteriores entre FOIRN, SIVAM e comunidades;
- 2- As comunidades em ocasião da Assembleia deliberaram que as mesmas irão entrar em juízo junto a Procuradoria Geral da República no sentido de exigir a demarcação da Área indígena do Alto Rio Negro;
- 3- A Assembleia decidiu que os órgãos governamentais e outros cumpram suas obrigações e dêem uma maior atenção em áreas de saúde, educação, subsistência e proteção das áreas indígenas;
- 4- Que sejam valorizados / respeitados os costumes, crenças e tradições culturais de cada povo tanto pela sociedade envolvente quanto pelos próprios índios;
- 5- Sugerimos ainda que as organizações indígenas busquem alternativas junto a outras instâncias visando a melhor comercialização e valorização de nossos produtos artesanais, agrícolas entre outros;
- 6- As organizações e povos indígenas devem melhorar as relações na comunicação e também ampliar a rede de comunicação como nos Yánomami, Kuripaco e Mukubeu;
- 7- Quanto as Forças Armadas reafirmamos o apoio ao documento elaborado pela FOIRN na ocasião da reunião do Conselho Administrativo em dezembro de 94. Onde se refere ao caso específico de Pari Cachoeira, que seja estendido à outras localidades onde há presença de pelotões do exército e outros órgãos como FUNAI, assim como São Joaquim, Maturacá, Iauareté, Quirari, etc; E
- 8- Os povos indígenas nunca foram e nem serão ameaça e não contribuem para a internacionalização da Amazônia, pelo contrário a presença dos povos indígenas é uma segurança a mais para a soberania do País. O que queremos é o livre trânsito dos povos indígenas entre as fronteiras.

São Gabriel da Cachoeira, 04/95